

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

José Luis Simões
Isis Tavares da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
Recife, Pernambuco, Brasil

(Recibido: enero 2013. Aprobado para Publicación: junio 2013)

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em relatar em breves palavras como se configurou a Educação Física no Brasil e atualmente como se encontra esta disciplina. Com raízes Europeias a Educação Física no Brasil percorreu diversos caminhos até configurar-se profissionalmente. Em um âmbito educativo regido pela Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 97,7% de 190.755.799 brasileiros estão ou já passaram por um espaço formal e vivenciaram uma das disciplinas obrigatórias do currículo nacional que é a Educação Física. Do higienismo as Instituições de Ensino Superior, licenciandos e bacharéis vão discutir os currículos acadêmicos e proporcionar as práticas corporais e esportivas para todos os alunos, independente do gênero ou se possuem alguma necessidade especial ou deficiência.

Palavras-chaves: Educação Física, Brasil, história

PHYSICAL EDUCATION IN BRASIL

The main goal of this paper is to report, in short, how Physical Education was established in Brazil and how this discipline is configured nowadays. Originated in Europe, the Physical Education in Brazil traversed numerous paths to finally be set up professionally. In an educational context ruled by the Federal Constitution and the Law of Directives and Bases, 97,7% of 190.755.799 brazilians are or have already passed through a formal space and experienced one of the mandatory subjects of the national curriculum, which is the Physical Education. From the hygienism of the Higher Education, licentiates and bachelors will discuss the academic curriculum and provide physical and sports practices for every student, regardless of gender or whether they have any special needs of disability.

Key words: Physical Education, Brazil, history

1. O Sistema Educativo

O Brasil ocupa cerca de 8.502.728,269 Km² de extensão territorial do continente da América do Sul, está dividido em cinco regiões, Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com o Distrito Federal, onde localiza-se a capital Brasília. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado no último Censo Demográfico de 2010, o país é ocupado por 190.755.799 habitantes, com a região Sudeste mais populosa do país (42,1% a população brasileira) e a região Centro-Oeste menos populosa (7,4%).

Segundo dados do IBGE (2009), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é de 1.571.957 milhões de US\$, com a população economicamente ativa de 15 anos ou mais de idade chega a 70,54%. Em 2008 foi constatado que 5,08% dos gastos públicos são investidos em Educação. Nos dados do Censo Demográfico de 2010 a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade chegou a 90%, com a taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino de 87,2%.

No Relatório de Monitoramento Global de Educação de 2011, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil manteve a mesma posição do ano anterior em 88º lugar, classificando-se entre países de nível médio de desenvolvimento da área. O relatório foi criado para medir os desempenhos das nações em relação a metas de qualidades para 2015. Ressalte-se também que, segundo Pinho (2011, p.01),

[...] o programa de combate ao analfabetismo no Brasil é apontado como um exemplo, embora o país tenha cerca de 14 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever, e os dados mostram que o país é um dos que mais aumentou seus investimentos em educação.

A estrutura do ensino público brasileiro começa na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1998, no Capítulo III, da Seção I, Artigo 205 que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada, visando o desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dentre os princípios se estabelece a gratuidade do ensino público, a igualdade de condições para o acesso, permanência na escola e a garantia do padrão de qualidade. Os municípios são incumbidos de atuar prioritariamente na Educação Infantil e Ensino Fundamental, aos Estados e o Distrito Federal se estabelece a prioridade para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

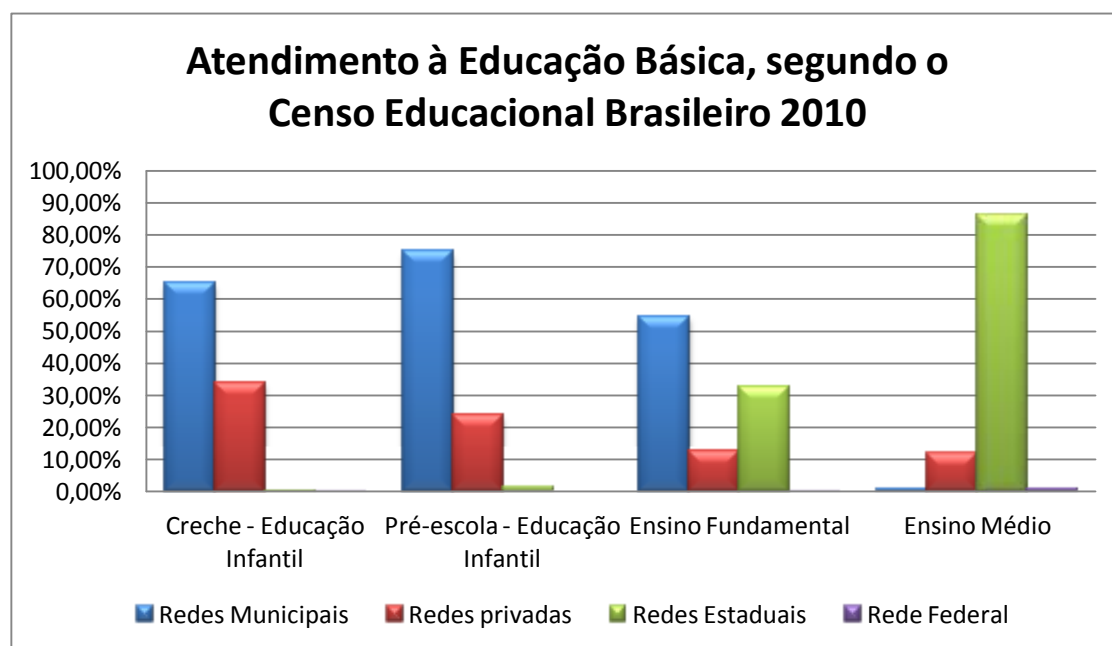
O sistema educativo do Brasil está regido pela Lei das Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB). Situa-se abaixo da Constituição Federal e “define as linhas mestras do ordenamento geral da Educação” (Fagundes, 2006, p. 01). A LDB estabeleceu que um dos objetivos da educação é formar “cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social” (art. 2, II) desenvolvendo capacidades de criação e reflexão crítica. A Lei 9.394 interfere nas instituições públicas e privadas abrangendo todos os aspectos da educação nacional, alterando a realidade no âmbito educacional.

O Governo Federal, de acordo com a LDB, estrutura o Ministério da Educação (MEC) que é apoiado pelo Conselho Nacional de Educação. Na sequência do MEC temos a atuação do Ministro da Educação, conforme nomeação do Presidente da República, subordinado as Secretarias de Educação dos 33 Estados do Brasil. Submissos às Secretarias de Educação encontra-se a atuação das Gerências Regionais de Educação nos 45 mil municípios do país, atuando em todo o Estado assegurando a distribuição proporcional do atendimento a todas as escolas da rede pública de ensino com a implementação de políticas públicas educacionais. A rede privada de ensino, por sua vez, tem as escolas submetidas ao Conselho Estadual de Educação, que está subordinado diretamente ao Conselho Nacional de Educação, segundo dados do MEC (2011).

Com um país tão extenso geograficamente e caracterizado pela diversidade, estabelecer parâmetros adequados de qualidade e avaliação é um desafio. A nível de pesquisa nacional, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foi transformado em uma autarquia federal através da Lei nº 9.448 de 14 de março de 1997, que aprova, através do Decreto 6.317/2007, a estrutura regimental do INEP para realizar anualmente o censo educacional brasileiro. Com o objetivo de subsidiar a elaboração de análises, diagnósticos e planejamento do sistema educacional do País, o censo escolar é realizado junto aos estabelecimentos de ensino.

No último Censo da Educação Básica com os resultados finais de 2010, constatou-se na Educação Infantil, no segmento da creche, um acréscimo de 79% de

matrículas, se comparado ao ano 2000. Isso segundo o Censo Educacional 2010 aconteceu devido ao reconhecimento da creche como primeira etapa da educação básica. As matrículas apresentaram 65,2% sobre a responsabilidade das redes municipais e 34,0% da rede privada, cabendo as redes estaduais 0,4% e federal 0,1%. No segmento da Pré-escola as matrículas caíram 3,6%, essa queda ocorre devido ao processo de implantação do ensino fundamental em 9 anos. Entretanto, a rede municipal prevalece com 74,8% do atendimento, a rede particular com 23,8%, as redes estaduais com 1,4% e a rede federal não possui uma participação significativa nesta etapa. No Ensino Fundamental as matrículas em 2010 caíram 2,2% em relação a 2009. As redes municipais seguem obtendo o maior atendimento com 54,6%, seguidos das estaduais com 32,6%, privadas com 12,7% e as federais com 0,1%. No Ensino Médio registrou-se um aumento de 0,2% nas matrículas em relação ao ano anterior. A rede estadual participa atendendo a 85,9% dos estudantes, a privada com 11,8% e as redes federais e municipais com 1% cada. No gráfico abaixo temos uma melhor compreensão do atendimento aos segmentos da educação básica do Brasil construído através dos dados do INEP.



No âmbito do sistema público de ensino, Akkari (2001) destaca o manifesto dos pioneiros da escola nova como primeiro período a introduzir o pensamento pedagógico liberal no Brasil, pelo desenvolvimento universal de um sistema de educação pública. Após a promulgação da LDB, apesar de reforçar a escola pública “as comunidades desfavorecidas e as populações rurais permaneceram afastadas da escolarização maciça” (Akkari, 2001, p. 165). Após o golpe de 1964, onde os militares ficaram no poder do país, nos anos 80 várias medidas a favor da escola pública foram retomadas favorecendo a escolarização das massas ao longo do século XX. Com todo o avanço quantitativo, observa-se uma predominância do ensino público nas regiões mais afastadas dos centros o que não apontava para condições mínimas de recursos, infra-estrutura e profissionais capacitados para o ensino de qualidade. Com as massas tendo acesso a escola pública

observou-se uma concentração nos centros das escolas particulares, onde se agrupam as famílias que possuem condições de financiar os estudos dos filhos.

A convivência das escolas públicas e privadas está estabelecida pela Constituição Brasileira de 1998, no Artigo 209, que acentua que o ensino é livre à iniciativa privada, na condição do cumprimento das normas gerais da educação sobre a autorização e avaliação do poder público. Segundo Bonamino (2003), nas três últimas décadas, a relação público-privado sofreu novas mudanças no sistema educacional. Foi através da Constituição de 1988 que se desenhou um novo quadro de responsabilidades educacionais entre os setores públicos e privados, hoje institucionalizados.

As medidas legais, tomadas antes e depois da Constituição de 1998 e da LDB, fomentaram a nova perspectiva que o país consagrava a educação. Com dificuldades ajustes a serem feitos o importante é não perder o objetivo central da educação: formar cidadãos! Entretanto, segundo Fernandes (2011), mais de 730 mil crianças e jovens de 6 a 14 anos estão fora das salas de aulas no Brasil.

[...] Os dados calculados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, demonstra que, apesar de 97,7% da população dessa faixa etária frequentar a escola, ainda estamos longe da universalização (Fernandes, 2011, p. 84).

A dificuldade de escolarização atinge, sobretudo, as crianças negras, de baixa renda, em situações de vulnerabilidade e instabilidade familiar (Fernandes, 2011). Não podemos esquecer também que mais de 200 mil crianças com deficiência estão fora da escola, de acordo com a antiga Secretaria de Educação Especial do MEC, em 2010.

Porém, de 2007 para 2010 o número de crianças com necessidades especiais nas escolas passou de 100 mil para 230 mil, ou seja, de 29% houve um acréscimo de 52% de pessoas com deficiência nas escolas.

Na Revista Escola (Nov/2011), o pesquisador do Ipea, Sr. Eduardo Luiz afirmou que atualmente a meta do Brasil é trazer todos os jovens e crianças de 6 a 14 anos para a sala de aula. Isso corresponde a mais 3,5 milhões de crianças, com o investimento de 10 milhões de reais, ou seja, 0,3% do PIB nacional.

2. História da Educação Física no Brasil

A Educação Física como objeto da historia no Brasil, é interpretada através de documentos e indícios que são relatados buscando os conceitos da verdade que tentam explicar o evento, como afirma Góis Júnior (2010), a cada autor um novo olhar, uma nova visão dos acontecimentos. Schaff (1991) é citado por Góis Júnior (2010), afirmando que selecionamos materiais históricos, ordenando-os a fim de construir fatos históricos e desta forma, temos construções diferentes entre sujeito e objeto.

A Educação Física chega no Brasil no século XIX, acidentalmente, como afirma Góis Júnior e Simões (2011), com uma visão higienista e utilitária trazida da Europa. O primeiro colégio a ofertar a disciplina no Brasil, foi fundado em 1837 e localizava-se no Rio de Janeiro. O médico que assumiu a disciplina de ginástica em 1941 recebia o menor salário e não possuía o título de professor. Os colégios pioneiros com Educação Física, curiosamente eram particulares de origem estrangeira segundo Melo (1998).

Segundo Góis Júnior e Simões (2011) em 1855, foi publicado o “Regulamento do Ensino primário e secundário no município da corte” onde se encontrava a disciplina da ginástica no ensino primário, institucionalizado nas escolas em 1879 através do Decreto nº 7247. Em 1882, a Comissão Imperial de Instrução Pública por meio do parecer com características higienistas, relatado por Ruy Barbosa, fará a sua manifestação a favor da Educação Física no sistema de ensino brasileiro.

No início do século XX, o positivismo no Brasil influenciou na criação das primeiras escolas de Educação Física, tendo os militares como pioneiros na área. Em 1910 foi criado na cidade de São Paulo o primeiro curso de formação de professores em Educação Física, destinados aos oficiais da Força Pública do Estado e meio civil. O curso era ministrado por oficiais franceses e desta forma se dava início ao embrião da Escola de Educação Física do Exército. Assim, não houve dificuldades para a inserção do método francês.

Por volta de 1930, no governo de Getúlio Vargas, foram criadas as primeiras Instituições de Ensino Superior em Educação Física civis em São Paulo (1934) e Rio de Janeiro (1939), segundo Góis Júnior e Simões (2011). Mais tarde, em 1941, o Ministério da Educação e Saúde da época, formará o Departamento de Educação Física (DEF), estabelecendo-se bases para o funcionamento do Conselho Nacional de Desporto.

Durante este período, com o objetivo de aprimorar a saúde coletiva e individual as concepções higienistas no Brasil vão ocupar lugar de destaque nas tendências da

Educação Física. O método francês é reforçado pelos higienistas, pois reduziria a fadiga dos trabalhadores, podendo aumentar a produção. Algumas divergências vão surgir se tratando das indicações da melhor forma de atingir seus objetivos, seja pela ginástica, esporte, ou outros. Autores como Inezil Penna Marinho e Hollanda Loyola incentivaram a criação de um método nacional, que embora aceito por todos nenhum método foi elaborado.

Desta forma, a Educação Física ficou exposta a diferentes objetivos, mas todos aglutinavam a necessidade de legitimação. Nos periódicos da época analisa Góis Júnior e Simões (2011, p.118) “perceberemos que eles divulgavam todos os métodos e teorias com bastante neutralidade, sempre destacando o valor da Educação Física”.

No período de 1964 até 1985 o Brasil sofreu um golpe, enfrentando a Ditadura Militar. No cenário de represaria aos estudantes e professores que se manifestavam contra o governo, o esporte e a Educação Física eram vistos com meio de democratização. Desta forma, o objetivo da Educação Física Escolar baseava-se no desenvolvimento de aptidões esportivas, transformando em uma ginástica militar para um treinamento esportivo.

A partir dos anos de 1960/70 organizou-se duas tendências no Brasil, além do esporte de alto rendimento. A higienista social priorizava a promoção da saúde aos indivíduos através da Educação Física, e atividade física é vista como um direito do cidadão. Já os higienistas da saúde física, enxergavam a Educação Física como um hábito higiênico, supervalorizando a atividade física como instrumento capaz de

resolver a maioria dos problemas da humanidade como afirma Góis Júnior e Simões (2011).

No final do século XX a valorização ao corpo atlético é relacionado a saúde, que será ressaltado pela mídia. A partir dos anos de 1980, com o fim da Ditadura Militar, uma nova geração de professores vai se dedicar em termos acadêmicos e científicos a novos olhares sobre a Educação Física. O construtivismo, o desenvolvimentismo e as transformações sociais, vão pautar os inúmeros debates no campo da Educação Física. Neste período a Educação Física como profissão será regulamentada, mais a frente voltaremos a este ponto com mais propriedade na discussão.

Atualmente o campo de atuação da Educação Física apresenta uma ampla diversidade. Licenciatura e Bacharelado, vão da academia a escola para além das graduações. E como afirmou Góis Júnior e Simões,

[...] Observando a trajetória histórica da Educação Física é possível defini-la nas suas características atuais como uma área da saúde que não mais se preocupa apenas com a formação física/corporal do indivíduo durante sua formação básica e fundamental no período escolar, mas, também com a qualidade de vida e indivíduos das diversas idades (Góis Júnior e Simões 2011, p.150).

3. A situação atual da Educação Física no currículo educativo

Dentro do sistema educacional brasileiro a disciplina de Educação Física é considerada componente obrigatório no currículo escolar instituído através da LDB, no Artigo 26. Desta forma, a Educação Física abrange as faixas etárias da educação básica,

que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, ou seja, alunos de 03 a 17 anos de idade. Segundo Florence e Araújo (2005), embora a LDB garanta a Educação Física como obrigatória, a lei não garante a realização das aulas por um profissional licenciado em Educação Física na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental (6 a 8 anos).

Na LDB existem exceções que são levadas em consideração ao facultar alunos das aulas de Educação Física. São casos de pessoas que cumprem a jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, maiores de trinta anos de idade, que tem filho, que esteja prestando serviço militar inicial ou que em situação similar esteja obrigado a praticar Educação Física, ou que esteja amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, referente a alunos portadores de deficiência que necessitem de tratamento especial. Com essas exceções, diminuiu consideravelmente a frequência de alunos no período noturno.

Estar inserido no currículo obrigatório não significa afirmar que o governo federal, estadual ou os municípios se responsabilizam por fornecer os recursos para a prática da Educação Física Escolar. Um reflexo desta ausência foi relatado pelo IBGE publicado em 2006, que no Brasil até 2003 apenas 58,1% das escolas públicas estaduais e 12% das escolas municipais possuíam alguma instalação esportiva, evidenciando número elevado de escolas sem infra-estrutura para a prática esportiva.

No que se refere a diversidade de gênero, segundo Censo Demográfico do IBGE (2010), 93.406.990 habitantes brasileiros são do gênero masculino e 97.348.809

habitantes são do gênero feminino. Assim, o país tem uma relação de 96,0 homens para cada 100 mulheres, com um resultado excedente de 3.941.819 mulheres, acentuando-se a predominância feminina no Brasil.

Esses dados justificam o elevado percentual de mulheres nos cursos superiores do país. Segundo dados do censo sobre o Ensino Superior no Brasil até 2010, o Inep (outubro/2011) afirma que o percentual de matrículas em cursos de graduação (presencial e a distância) corresponde a 60,9% dos estudantes são do sexo feminino e 39,1% do sexo masculino.

Segundo dados do Inep (2006), o número de ingressantes nos cursos de graduação em Educação Física em todo o Brasil do sexo masculino é superior ao sexo feminino. A maior diferença se expressa na região Sudeste e a menor na região Centro-Oeste. Em contrapartida, na região Norte as mulheres são 55,6% em relação aos homens, com 51,9%. No Brasil não há nenhuma restrição ao gênero feminino para cursar a profissão de Educação Física, apesar do número de alunos do gênero masculino demonstrarem uma expressividade maior nas matrículas.

A escola pública foi criada para todos, conforme mencionamos anteriormente, mas é certo que no decorrer dos anos a quantidade de resultados e metas a serem alcançadas não conseguiu abarcar alunos portadores de necessidades especiais. Desta forma, segundo Rodrigues (2003), foram criadas as escolas especiais, constituindo-se um espaço de aprendizagem para atender aos alunos especiais, agrupando os alunos nas

mesmas categorias e das mesmas características, cumprindo institucionalmente a igualdade de oportunidades da educação tradicional.

A Declaração de Salamanca, proferida pela UNESCO em 1997, endossa “a perspectiva de escolarização inclusiva apoiando a educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais” (UNESCO, 1997). Reforça também as escolas especiais com a visão que a escola precisa se adaptar as necessidades dos alunos e não, os alunos a escola.

Frente a essas exigências, a Educação Física como componente curricular obrigatório no Brasil não pode se posicionar indiferente. Existem duas alternativas: ou o assunto é abordado nos currículos das instituições de ensino que formam os futuros professores e assim trabalhem com seriedade deste assunto na prática pedagógica; ou a Educação Física será um obstáculo na Educação Inclusiva. Afinal, com a presença do deficiente na escola espera-se uma mudança no interior da mesma.

Segundo Cidade (2002), no âmbito escolar, os educando com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados, tais como obter os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno no que confere ao tipo de deficiência, em que idade surgiu, se é transitória ou permanente, se foi repentina ou gradativa e que estruturas e funções estão prejudicadas.

No dia 17 de novembro de 2011, o Governo Federal lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. Dentre as ações do plano

está previsto até 2014, a criação do curso de letras-libras¹ nas 27 unidades da federação e instalação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, que até o momento não apresentam nenhum tipo de estrutura de incentivo e acesso a pessoas com deficiências. Dentre os recursos gastos com o plano também estão previstos a implantação de 17 mil salas de recursos multifuncionais em escolas da rede pública e particular conveniada, adequação arquitetônica de 42 mil prédios escolares e formação de professores para atendimento educacional especializados.

No que confere ao esporte na Educação Física, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foi um documento elaborado pelo Ministério da Educação, que tem como um dos objetivos nortear as práticas pedagógicas na escola. Os PCN's apontam o esporte como um dos conteúdos a serem trabalhados na disciplina de Educação Física Escolar. A prática deste conteúdo deve abranger a todos os alunos respeitando suas diferenças e estimulando os alunos a conhecerem suas potencialidades.

O esporte consolida-se como conteúdo de ensino na Educação Física por um processo histórico de concretização. Como afirma Bracht (1992), a escola pode produzir uma cultura escolar de esporte ao invés de reproduzir as práticas hegemônicas na sociedade. Ciente que a escola é uma instituição que possui a capacidade de produção de uma cultura escolar, ela regula a relação entre a escola e os assuntos que incorpora em seus ensinamentos. Desta forma, a Educação Física na escola tem que estar atento a não assumir os códigos da instituição esportiva, mas estar atento ao sistema educacional

¹ Libras é o termo utilizado no país para se referir a linguagem de sinais.

[...] A legitimidade do ensino da Educação Física na escola, entre outros ‘argumentos plausíveis’, poderia ser fortalecida não com o reconhecimento tácito de que ela reproduz e transmite o esporte de rendimento hegemônico na sociedade, mas com entendimento de que ela concretamente pode produzir uma cultura escolar de esporte da sociedade (Vago, 1996, p. 13).

Entretanto os PCN’s e outros materiais didáticos que vem sendo produzido ao longo das últimas décadas sugerem com os novos olhares para a Educação Física Escolar com conteúdos diversificados que estão embutidos na cultura corporal, nas lutas e nos ritmos, que são resultados da valorização sobre as novas mudanças na escola.

4. A formação dos professores na área de Educação Física

- **A estrutura do Ensino Superior**

Atualmente, no ensino superior brasileiro as Universidades Federais se encontram sob responsabilidade do Governo Federal e as Universidades Estaduais sob responsabilidade dos Governos Estaduais. As Universidades Estaduais e Federais correspondem a 229 instituições espalhadas por todo território nacional. As Instituições privadas estão expressas numericamente em 1.947, somando um total de 2.176 Instituições de Ensino Superior dentre públicas e privadas.

A avaliação do ensino superior brasileiro é realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que se institui segundo a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Dentre os objetivos traçados tem-se a melhoria da qualidade da educação superior, expandindo a sua oferta e eficácia das instituições de educação superior. Na perspectiva de cumprir com os seus objetivos o SINAES propõe o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Segundo o Inep, (2011, p. 19) o Enade

[...] tem a finalidade de avaliar o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências – esse exame também oferece elementos para a construção de indicadores de qualidade dos cursos que servem de referência para os processos posteriores de avaliação *in loco*. Os resultados dessas avaliações possibilitam traçar um panorama do ensino superior brasileiro.

A partir do Enade, dados estatísticos em relação a média dos cursos, dos iniciantes e concluintes, são divulgados nacionalmente, relacionando-os com os conteúdos gerais e específicos, diferenciando os resultados por regiões.

O Enade 2007 mostrou o desempenho dos estudantes de graduação de Educação Física que apresentaram uma média de 50,4%, acima da média Nacional de 42,2% dos cursos superiores. Considerando as médias por regiões, constatou-se que o percentual por região não expressa uma diferença significativa em todo o país.

O Inep divulgou em 2006 um documento tratando da trajetória dos cursos de saúde, com uma análise de 1991 até 2004. Nesse documento podemos verificar alguns

dados que dizem respeito a situação dos cursos de graduação de Educação Física no Brasil. Em 1991 existiam 117 cursos no País, enquanto que em 2004 constatou-se 469 cursos, representando um aumento de aproximadamente 301%.

A distribuição dos cursos por regiões do país, conforme os dados apurados em 2004 (Inep, 2006), mostram que 5,5% dos cursos se localizam na região Norte, 17,7% no Nordeste, 48,0% na região Sudeste, 21,1% no Sul e 7,7% no Centro-Oeste. Ressaltamos que dos 117 cursos existentes em 1991, 58 eram de instituições públicas e 59 de instituições privadas em todo o Brasil. Em 2004, dos 469 cursos, 158 correspondiam ao setor público e 311 ao setor privado. “Apesar das universidades concentrarem a maior oferta de cursos de Educação Física no Brasil, verifica-se que o aumento da oferta de cursos ocorre independentemente da organização acadêmica da instituição” (INEP, 2006, p. 99).

Com mais instituições ofertando o curso superior em Educação Física, as vagas disponíveis cresceram em 419%, correspondendo a 69.603 vagas em 2004. Deste percentual os números de vagas ofertados pelas instituições privadas por curso foram de 194,8 mil, distanciando-se das 87,8 mil vagas nas instituições públicas. A região Sudeste mantém a maior concentração destas vagas ofertadas, com 19,9%, em contrapartida a região Norte se localiza em último lugar com apenas 3,5%. Porém, com o número de vagas relacionados a densidade demográfica das regiões, verifica-se que por milhão de habitantes a região Sul apresenta maior número de cursos e a região Nordeste o menor valor (INEP, 2006).

O atual Governo Federal anunciou em 16 de agosto de 2011 a abertura de mais 250 mil vagas de ingresso nas universidades federais, compreendendo a criação de quatro universidades federais que serão instaladas nos estados do Pará, Ceará e na Bahia, somados a abertura de 47 campus universitários até 2012, que são extensões das universidades no processo de interiorização do ensino superior.

Quanto ao perfil dos estudantes de Educação Física do país constatou-se que o percentual dos alunos que se declaram negros foi inferior a 10% em todo o país, com maior expressão na região Nordeste e em menor número na região Sul. Esses percentuais são reflexos da história do Brasil, onde a imigração européia caracteriza a população da região Sul e na região Nordeste o comércio de escravos era acentuado.

No que se refere a moradia, 80,3% dos ingressantes moram com os pais ou parentes, e 70,2% dos concluintes se mantêm na mesma situação. A renda familiar mensal abaixo de três salários mínimos (US\$ 750,00) corresponde a 28,9% dos ingressantes, e 23,9% dos concluintes. Com a renda mensal igual ou superior a 10 salários mínimos (US\$ 2500,00), apenas 18,9% dos ingressantes, enquanto 23,3% dos concluintes relatam viver nessas condições. Esses dados refletem o alto percentual de estudantes que trabalham (83,4%, mais expressivos nos concluintes), que acumulam jornadas de estudo e trabalho na graduação na tentativa de buscar melhores condições de vida (INEP, 2006).

No que tange a vida acadêmica dos estudantes de graduação, cerca de 55% são oriundos de escolas públicas e o percentual apresenta-se praticamente nulo quando se

trata de dominar alguma língua estrangeira (inglês e espanhol). Os dados assustam mais quando o Inep (2006) relata que

[...] cerca de um terço dos estudantes concluintes não se envolveu nem com pesquisa, nem com monitoria e nem com atividades de extensão ao longo do curso. Além disso, pelo menos um a cada dois estudantes concluintes relatou não ter participado de projetos de pesquisa (INEP, 2006, p. 133).

No que compete a pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é órgão nacional que os seguintes objetivos: avaliar a pós-graduação *stricto sensu* do país; estruturar o acesso e divulgação da produção científica; investir na formação de recursos de alto nível no país e no exterior e promover a cooperação científica internacional. Assim, de acordo com os dados da CAPES foram constatados (em 2010) 10 programas de pós-graduação em nível de mestrado e 11 programas em nível de mestrado e doutorado totalizando 21 programas de pós-graduação que se enquadram na grande área das Ciências da Saúde, porém, com a sua área de descrição correspondente a Educação Física. Esta seleção foi realizada em função da diversidade das áreas abrangentes e dos nomes nos quais são intitulados os programas. Entre eles destacam-se: Educação Física, Ciências da Motricidade, Ciências da Atividade Física, Ciências do Esporte e Ciências do Movimento Humano.

Em todo o país, a região que possui maior oferta de pós-graduação em Educação Física é a região Sudeste, com 12 programas, enquanto a região Norte não possui nenhum programa de pós-graduação. Na região Sul encontram-se 6 programas, na Centro-Oeste 2 programas e no Nordeste apenas 1 programa. Estes programas são

ofertados por 9 Instituições Federais, 6 Instituições Estaduais e 6 Instituições Privadas. Os dados comprovam o interesse dos alunos por uma qualificação após a graduação, refletindo na abertura de programas através, não apenas das Instituições Federais e Estaduais, mas também das Instituições Privadas.

- **O currículo de formação dos professores**

Para discutir a estrutura e a formação universitária para os professores de Educação Física se faz necessário analisar quais foram os caminhos percorridos pela disciplina no Brasil. Com o seu histórico vinculado a práticas militares, as primeiras escolas de formação surgiram voltadas prioritariamente para a formação dos militares (Benites, 2008). A partir do Decreto 7.688, em 28 de maio 1936, se regulamentou a Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo. Através do Decreto-Lei 1212, em 07 de abril de 1939, criou-se a Escola Nacional de Educação Física e Desporto na Universidade do Brasil, propondo como um dos programas a formação de professor normalista no âmbito da Educação Física, carreira obtida em dois anos de formação.

No final da época definida como Estado Novo no Brasil, em meados de 1945, o Decreto-Lei n. 8270, de 03 de dezembro, propôs a primeira alteração no currículo, afirmando que o curso superior de Educação Física seria ofertado em três anos com uma carga horária maior para as disciplinas.

Com os militares no poder do país, em 1969, nova grade curricular foi implementada, através da Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) 69, estabelecendo um currículo mínimo de 1.800 horas, com uma visão na concepção biológica. Apenas nos anos de 1980, com a queda do governo militar e início do governo civil, é que os olhares e as preocupações sobre a Educação Física escolar começam a ser expressos.

O parecer nº 894/1969 e a resolução nº 69/1969 apresentaram um currículo básico para formação em graduação em Educação Física e técnico desportivo (com acréscimos de disciplinas desportivas após a licenciatura), contendo disciplinas obrigatórias distribuídas em três núcleos de formação: básicas, profissional e pedagógica. Com a sequência de críticas que surgiram ao projeto, foram montados fóruns de 1979 até 1984.

Em 1987, o parecer CFE 215 estabeleceu uma reestruturação nos cursos de Educação Física em sua nova caracterização, traçando perfis diferenciados para os graduados em licenciatura e em bacharelado. Esses novos perfis desenhavam os campos de atuação dos profissionais assim como as disciplinas específicas para cada curso, apresentando uma proposta estruturada por áreas de conhecimento na formação. A escolha do currículo que seria ofertado aos alunos ficou a cargo das próprias Instituições de Ensino Superior, contanto que as exigências para cada perfil adotado fossem atingidas.

A situação resultou na superação da concepção do currículo mínimo favorecendo as Instituições de Ensino Superior a elaborarem seu próprio currículo, com disciplinas e carga horária exclusivas, compreendendo que cada região tem características e interesses peculiares, seja para os docentes ou discentes, fomentando o Parecer nº 215/87 da Resolução nº 03/87, que estabelece que os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física devem contemplar um núcleo de disciplinas de Formação Geral e outro de Aprofundamento de Conhecimentos.

Com os novos resultados o Conselho Nacional de Educação, baseado no parecer CNE/CES nº 776/97, encarregou as Comissões de Especialistas, vinculadas a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, de sistematizar e debater as propostas de Diretrizes encaminhadas ao Conselho. A Comissão de Especialistas em Educação Física decidiu preservar as linhas gerais da Resolução nº03/87 processando as contribuições enviadas de vinte e quatro Instituições do Ensino Superior.

Em 1º de setembro de 1998, o campo profissional de Educação Física foi regulamentado através da Lei 9696, criando os Conselhos Regionais de Educação Física em ligação com o Conselho Federal de Educação Física. O sistema político nesta decisão provocou vários debates e entraves entre os profissionais. Não é nossa intenção adentrar neste campo, no momento vamos nos restringir aos acontecimentos.

Em 1999, a Comissão de Especialistas em Educação Física encaminhou as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, ao Conselho Nacional de Educação. Logo após o encaminhamento, o Parecer CNE/CP nº009/2001

sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em nível superior foi aprovado, determinando currículos próprios para as licenciaturas e para os bacharelados. Depois de diversos fóruns de discussão com os representantes das Instituições e especialistas da área, em 15 de dezembro de 2003, o Conselho Nacional de Educação apresentou os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, com orientações específicas para licenciatura plena.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física foram elaboradas pelas Comissões de Especialistas de Ensino e encaminhadas pela Secretaria de Educação Superior/ MEC ao Conselho Nacional de Educação. Com referências na Constituição Federal, LDB, dentre outros pareceres, relatórios e documentos. Assim, as Diretrizes Curriculares foram desenvolvidas de modo a assegurar dentre os seus objetivos: autonomia institucional, articulação entre ensino pesquisa e extensão, graduação como forma inicial, formação continuada, construção e gestão coletiva do projeto pedagógico, abordagem interdisciplinar do conhecimento e indissociabilidade entre teoria e prática.

5. Considerações Finais

A Educação Física não possui o seu objeto de estudo definido e esta situação reflete na elaboração dos projetos pedagógicos apresentados pelas instituições. De

acordo com as Diretrizes, cabe às instituições a definição de quais serão as matrizes epistemológicas utilizadas em seus currículos, seja na formação ampliada ou na formação específica.

[...] Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar (Diretrizes, 2004, p. 11).

Desta forma, não se estabelece disciplina obrigatórias no currículo dos graduandos a nível nacional, dificultando o mapeamento na formação em áreas afins, tendo em vista a diversidade de currículos oferecidos. As reformas curriculares de algumas Instituições de Ensino Superior ainda estão em processo de tramitação, mas não há uma previsão para as mudanças.

No que tange a Educação Inclusiva, segundo Cidade (2002), a Educação Física Adaptada surge oficialmente através da Resolução Federal nº 03/87 do Conselho Federal de Educação, que vai prever a atuação do professor de Educação Física com alunos portadores de necessidades especiais ou deficiências nas escolas. Para Duarte e Werner, a Educação Física Adaptada

[...] é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (1995, p.9).

Aguiar (2004) complementa que no Brasil, no campo da educação formal, a Educação Física Adaptada só vai acontecer após a LDB em 1996. Duarte (2003) afirma que no currículo da Educação Física apenas a partir das últimas décadas é que os programas curriculares vão atender a resolução. Analisando a aprovação da resolução é possível compreender que muitos dos profissionais que estão em exercício não receberam esta formação. Esta afirmação pode ser exemplificada em uma pesquisa realizada por Aguiar e Duarte (2005) na qual 67 professores de Educação Física do Estado de São Paulo responderam a um questionário, e constatou-se que 97% não possuíam conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas. Portanto, não possuem estratégias adequadas para evitar a exclusão ou alienação, apesar de reconhecerem que a Educação Física auxilia na inclusão do aluno portador de deficiência, na comunidade escolar.

Para o acesso ao curso de graduação em Educação Física por pessoas portadoras de necessidades especiais, não existe nenhum processo que impeça a realização das provas para ingressar nas universidades. Entretanto as Instituições de Ensino na prática não oferecem recursos tecnológicos e didáticos práticos para este público. Sejam programas que auxiliem na leitura do material, livros em braile, professores capacitados com o curso de libras ou infra-estrutura acessível a cegos e cadeirantes.

Apesar de a Educação Física ser um curso da área de Ciências da Saúde, com ampla abrangência, o currículo pedagógico ainda precisa ser modificado nas instituições

públicas e privadas, em um modelo que priorize a qualidade da formação, com amplas oportunidades de intervenção para os futuros profissionais.

Para concluir, a idéia deste texto é contribuir para a disseminação da História da Educação Física no Brasil, socializando-a com outros países, na mira de endossar o arcabouço teórico das discussões acadêmicas na área da Educação Física. Assim, é fundamental a ampliação de publicações e espaços de discussões acadêmicas, fortalecendo, portanto, esse campo de conhecimento e área de atuação profissional.

6. Referências

- Aguiar, J. (2004) *Educação Inclusiva: Jogos para o Ensino de Conceitos*. 1ª Ed. Campinas: Papyrus Editora.
- Aguiar, João S.; Duarte, Édison. (2005). Educação Inclusiva: um estudo na área da Educação Física. *Revista Brasileira de Ed. Esp., Marília*, 11(2), 223-240.
- Akkari, A. J. (2001, April) *Desigualdades Educativas Estruturais no Brasil: Entre Estado, Privatização e Descentralização*. *Educação & Sociedade*, XXI,(74), 163 – 189).
- Brasil. (1998). *Lei de Diretrizes e Bases das Educação Nacional*. Ministério da Educação.
- Brasil. (1936, May). Congresso Nacional. Decreto (N. 7.688).
- Brasil. (1939, April). Conselho Federal de Educação. Decreto-Lei n. 1212.

- Brasil. (1945, December). Conselho Federal de Educação. *Decreto-Lei n. 8270, de 3 de dezembro de 1945*. Diário Oficial da União - Seção 1, (p. 18245).
- Brasil. (1969, October). Conselho Federal de Educação. *Decreto-Lei nº 1.044*, DOU DE 21/10/69.
- Brasil. (1969, December). Conselho Federal de Educação. *Resolução (Nº 69)*
- Brasil. (1987, March). *Conselho Federal de Educação*. Parecer n. 215, de 11 de março de 1987. Documenta n. 315, Brasília.
- Brasil. (1998, September). Congresso Nacional. Lei (N. 9696), de 1º de setembro de 1998.
- Brasil. (1998). *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- Brasil. (2011). *Indicadores de instituições e cursos estão disponíveis*. Ministério da Educação. Retrieved November 2011, from http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17246
- . Brasil. (2011, August). *Novas universidades e institutos federais vão abrir 850 mil vagas*. Ministério da Educação. Retrived November 2011, from http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16973
:novas-universidades-e-institutos-federais-vaio-abrir-850-mil-vagas&catid=212&Itemid=86.
- Brasil. (2011, November) *Investimento de R\$ 1,8 bilhão promoverá inclusão social. Educação Especial*. Ministério da Educação. Retrived November 2011, from

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17247

- Bracht, V. (1992). *Aprendizagem social e Educação Física*. Porto Alegre: magister.
- Vago, T. M. (1996). O esporte na escola e o esporte da escola: da negação radical para uma relação de tensão permanente. *Revista Movimento*, III(5).
- Bonamino, A. M. C. (2003, July). O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. *Revista brasileira de história da educação*, 05, 253-276).
- Capes. (2010). *Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil. Filtro ano:2010*
Amostras: Todos. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Retrieved November 2011, from <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=1&82e1-selectedIndex=0>.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física em nível superior de graduação plena. (2004, April). Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília-DF. Duarte, E., Lima S. *Atividade Física para pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A.
- Duarte, E.; Werner, T. (1995). *Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências*. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadores de deficiência: educação à distância: ABT: UFG, (V.3).

Fernandes, E. (2011, November). *Muito longe da escola*. *Revista Nova Escola*, XXVI (247), 84-89.

Florence, R. B. P., Araújo, P. F. (2005, July). Educação Física frente a LDB 9394/93. *Efdeportes.com/Revista Digital* 10 (86).

Góis Júnior, E. (2010). *História da Educação Física: (re) contando uma história que não se conta*. In: Simões, José Luis. Educação Física, esporte e qualidade de vida (p.43-54). Recife, Ed. Universitária da UFPE.

Góis Júnior, E., Simões, J. L. (2011). *História da Educação Física no Brasil*. Recife-PE: Universitária da UFPE,

INEP. (2011). *Censo Escolar. Dados preliminares 2011*. Brasília: INEP.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Brasil. (2011). *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)* / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Brasília: Inep, (V. 01).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Brasil. (2011, October). *Censo da Educação Superior 2010*. Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Brasil. (2011, November). A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004 / Organizadores: Ana Estela Haddad...[et al.] – Brasília: Inep, 2006. Retrieved November 2011, from http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Texto_de_Referencia.pdf.

Ibge. (2011). *Estados aplicam menos de 0,1% em esporte*. Instituto Brasileiro de Geografia e Geociência. Comunicação Social, 04 de maio de 2006. Retrieved November 2011, from http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=588&id_pagina=1.

Melo, V. A. (1998). *A Educação Física nas Escolas Brasileiras do séc. XIX: Esporte ou Ginástica*. In: Ferreira Neto. Pesquisa Histórica na Educação Física, Vitória, Facha.

Pinho, A. (2011, March). *Brasil fica no 88º lugar em ranking de educação da Unesco*. Folha de São Paulo. Retrieved November 2011, from <http://www1.folha.uol.com.br/saber/882676-brasil-fica-no-88-lugar-em-ranking-de-educacao-da-unesco.shtml>.

Schaff, A. (1991). *História e Verdade*. São Paulo, Martins Fontes.

Unesco. (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais*. Lisboa : IIE.